

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.791 - MG (2020/0055027-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ERICK LUIS SILVA CORREA (PRESO)  
**ADVOGADO** : PEDRO HENRIQUE PINTO SARAIVA - MG111247  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ERICK LUIS SILVA CORREA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.165771-7/000).

Consta dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos inscritos no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (associação para o tráfico de drogas) e no art. 1º, *caput*, c/c o art. 1º, I e II, e no art. 1º, § 4º, todos da Lei n. 9.613/1998 (ocultação de bens provenientes de crimes).

Na ação originária, alegou a defesa a presença de nulidade por cerceamento de defesa e excesso de prazo para formação da culpa (e-STJ fls. 1/17).

No entanto, a Corte de origem conheceu em parte da impetração e, no mais, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 2.258):

*HABEAS-CORPUS – TRÁFICO DE DROGA – CERCEAMENTO DE DEFESA – ANÁLISE - VIA INADEQUADA - PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE - EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - SÚMULAS 52 DO STJ E 17 DO TJMG - NÃO CONHECER EM PARTE DA IMPETRAÇÃO E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGAR A ORDEM. 1- Há que se atentar para o princípio da unirrecorribilidade vez que existe recurso mais amplo para o conhecimento da respectiva matéria. 2. Não há que se falar em excesso de prazo para a formação da culpa quando já está encerrada a instrução criminal. 3. Não conhecer em parte da impetração e, na parte conhecida, denegar a ordem.*

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias, asseverando "*que a instrução não terminou ainda pois a Promotora de Justiça está insistindo em oitiva [de] tais testemunhas, sendo claro e*

# Superior Tribunal de Justiça

*inequívoco o excesso de prazo" (e-STJ fl. 2.287).*

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o recorrente aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso, bem como pugna pela suspensão da ação originária em relação a esse e, no mérito, requer *"seja anulado o processo desde o recebimento da denúncia ou que seja reaberto prazo para apresentação de defesa prévia e que seja determinada a oitiva de todas testemunhas novamente e procedimentos probatórios, pelos fatos e fundamentos expostos; que seja expedido alvará de soltura ao recorrente, reconhecendo a ilegalidade da prisão"* (e-STJ fl. 2.290).

O pedido de tutela de urgência foi indeferido (e-STJ fls. 2.299/2.301).

Foram prestadas informações e apresentados documentos pelos Juízos de primeiro (e-STJ fls. 2314/3231) e de segundo grau (e-STJ fls. 2307/2312).

O Ministério Público Federal exarou parecer opinando nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 3235):

*Recurso ordinário em habeas corpus. Associação para o tráfico e lavagem de dinheiro.*

*Alegação de nulidade do processo: questão não apreciada na origem, impossibilitando a análise direta pelo Superior Tribunal de Justiça. Questão eminentemente de direito que pode ser avaliada em habeas corpus. Devolução da matéria à origem. Precedentes do STJ.*

*Pleito de revogação da prisão preventiva: questão que demanda a resolução da anulação ou não do processo, a qual depende de análise pela origem. Inexistência de ilegalidade na manutenção, ao menos por ora, da prisão cautelar. Instrução encerrada na origem. Súmula 52 do STJ. Feito complexo com pluralidade de réus (sete) e necessidade de expedição de cartas precatórias para realização dos atos processuais. Circunstâncias de justificam a demora no processo, não obstante o tempo de prisão cautelar do recorrente, determinada em fevereiro de 2019. Gravidade concreta da conduta e reiteração delitivas que justificam a custódia cautelar.*

**PARECER PELO CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO E, NESTA EXTENSÃO, PELO DESPROVIMENTO. CONCESSÃO PARCIAL DA ORDEM PARA DETERMINAR AO TJMG QUE APRECIE A NULIDADE AVENTADA NA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA.**

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 515.199/MG.

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

Em primeiro lugar, consoante informações obtidas em consulta realizada pelo sítio eletrônico do Tribunal de origem, apurou-se que a ação penal objeto da presente irresignação encontra-se em fase de alegações finais, tendo sido registrada a sua conclusão para julgamento no dia 25/3/2020, estando, portanto, encerrada instrução processual.

Assim, encontra-se prejudicado o pleito de relaxamento de prisão em decorrência do alegado constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na formação da culpa, conforme inteligência da Súmula n. 52/STJ (*"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"*).

De mais a mais, no ponto em questão, não há se falar em manifesta ilegalidade, pois, conforme destacado pelo Ministério Público Federal no seu parecer, *"trata-se, ademais, de feito com pluralidade de réus (sete), com a necessidade de expedição de cartas precatórias para a realização dos atos processuais, conforme se constata das informações prestadas pelo juízo de piso ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (e-STJ Fl. 2195/2200)"* – e-STJ fl. 3.237.

Em segundo lugar, no que tange ao pleito para reconhecimento de nulidade decorrente de um possível cerceamento de defesa, a acarretar a anulação da ação penal desde o recebimento da denúncia, verifico que a Corte estadual não conheceu desse pedido, por maioria, ao fundamento de que era inadequada a utilização do *habeas corpus*, visto que existia recurso próprio para a referida impugnação.

Dessa forma, em princípio, a sua análise por esta Corte configuraria indevida supressão de instância, a violar os princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Nesse sentido, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Confirmam-se:

[...] 2. *Matéria não apreciada pela instância a quo não pode ser diretamente enfrentada por estar Corte Superior, sob pena de supressão de instância.*

[...]

6. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no HC n. 534.944/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019 - Grifei)

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...] 2. *O pleito para reconhecimento de cerceamento de defesa não foi apreciado pelo Tribunal de origem. Nessa toada, considerando que a irresignação da defesa nem sequer foi apreciada pelo órgão colegiado do Tribunal estadual, fica obstada a análise das alegações por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.*

[...]

6. *Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nesse ponto, desprovido.* (RHC n. 117.690/MG, minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 11/2/2020, DJe 17/2/2020)

Contudo, esta Corte Superior consolidou o entendimento de que: "*É bem verdade que o STJ não mais tem admitido a impetração de habeas corpus, quando substitutivo de recursos próprios. Todavia, tal posicionamento não tem o condão subtrair do magistrado a verificação quanto à existência de ilegalidade flagrante, caso em que deverá conceder habeas corpus de ofício. Inteligência do art. 654, § 2º, do CPP*" (HC n. 301.883/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 23/10/2014, DJe 10/11/2014).

Tem-se, assim, que a ausência de manifestação expressa do Tribunal de origem acerca do pedido formulado na impetração precedente configura indevida negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido, destacou o *Parquet* Federal que (e-STJ fl. 3.236):

*Não obstante, tenho que a questão, por não possuir natureza fática, pode ser objeto de habeas corpus, tal como reconhecido, aliás, pelo voto divergente do Desembargador Alexandre Victor de Carvalho, que ressaltou o posicionamento da jurisprudência da possibilidade de concessão de habeas corpus, mesmo quando em substituição ao recurso próprio, em caso de nulidades prejudiciais ao réu.*

*Impõe-se, portanto, a concessão da ordem para determinar ao TJMG que aprecie a nulidade aventada como entender de direito [...].*

Assim, entendo haver constrangimento ilegal a ser sanado no ponto em questão. A propósito:

[...] 4. *As teses referentes à ilicitude da prova e ao excesso de linguagem não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, o que impede o exame do tema diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sobrepujando a competência da Corte local, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e violação dos*

*princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.*

5. *Compulsando os autos, contudo, é imperioso consignar que a defesa, de fato, formulou tais pedidos na impetração originária, e que o Tribunal de Justiça não conheceu da impetração, deixando de apreciar o pleito formulado no writ, ao fundamento de que "não admitem a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, exceto quando flagrante a ilegalidade apontada [...]"*.

6. *"A não manifestação do eg. Tribunal a quo sobre o mérito da impetração, na hipótese, configurou indevida negativa de prestação jurisdicional. Tratando-se de questão relevante, devidamente suscitada no writ originário, e não apreciada, devem os autos ser remetidos à eg. Corte estadual para que se pronuncie acerca da quaestio" (HC n. 398.690/SC, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe de 10/8/2017).*

7. *Recurso parcialmente conhecido, e, nessa extensão, desprovido. Ordem concedida de ofício para determinar ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí que aprecie o mérito (referentes aos capítulos decisórios remanescentes) do habeas corpus originário como entender de direito. (RHC n. 107.237/PI, minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019 - grifei)*

*II - A não manifestação do eg. Tribunal a quo sobre o mérito da impetração, na hipótese, configurou indevida negativa de prestação jurisdicional. Tratando-se de questão relevante, devidamente suscitada no writ originário, e não apreciada, devem os autos ser remetidos à eg. Corte estadual para que se pronuncie acerca da quaestio.*

*III - Embora a via estreita do writ não se preste à análise aprofundada do tema debatido, é preciso que a ilegalidade prima facie seja afastada de forma fundamentada. Assim, não obstante a previsão de recurso próprio no ordenamento jurídico, é admissível a utilização do mandamus, quando a pretensão não demanda, em princípio, revolvimento de matéria probatória.*

*[...]*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para anular o v. acórdão do eg. Tribunal a quo, determinando que este aprecie, como entender de direito, a questão deduzida no mandamus originário. (HC n. 398.690/SC, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 10/8/2017, grifei.)*

Ante o exposto, **não conheço** do recurso. Contudo, **concedo a ordem, de ofício**, para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais aprecie o mérito (referente ao capítulo decisório não conhecido) do *habeas corpus* originário (HC n. 1.0000.19.165771-7/000) como entender de direito.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Comunique-se, com urgência, a Corte *a quo*, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator